



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO MÈDIO, TÉCNICO.  
E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.  
CURSO DE PEDAGOGIA – PARFOR/CAPES/UEPB**

**POLÍTICAS INCLUSIVAS PARA ALUNOS SURDOS E AS DIFICULDADES  
ENFRENTADAS NA ESCOLA MUNICIPAL JAIME LACET NO MUNICÍPIO DE  
SANTA RITA**

**ANGÉLICA BENEDITO PEREIRA**

**JOÃO PESSOA – PB  
2015**

**ANGÉLICA BENEDITO PEREIRA**

**POLÍTICAS INCLUSIVAS PARA ALUNOS SURDOS E AS DIFICULDADES  
ENFRENTADAS NA ESCOLA MUNICIPAL JAIME LACET NO MUNICÍPIO DE  
SANTA RITA**

Trabalho de conclusão de curso  
apresentado ao curso de Pedagogia da  
universidade Estadual da Paraíba como  
requisito parcial para obtenção do título de  
licenciatura plena em pedagogia.

Orientador(a): Prof. Ms. Wallene de Oliveira Cavalcante

**JOÃO PESSOA – PB  
2015**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

---

P429p Pereira, Angélica Benedito  
Políticas inclusivas para alunos surdos e as dificuldades  
enfrentadas na escola municipal Jaime Lacet no Município de  
Santa Rita [manuscrito] / Angélica Benedito Pereira. - 2015.  
57 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em PRIMEIRA  
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA DO PARFOR EAD) -  
Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio,  
Técnico e Educação à Distância, 2015.

"Orientação: Prof. Ms. Wallene de Oliveira Cavalcante,  
PROEAD".

1. Políticas Públicas. 2. Inclusão social. 3. Surdez. I. Título.  
21. ed. CDD 361.61

ANGÉLICA BENEDITO PEREIRA

**POLÍTICAS INCLUSIVAS PARA ALUNOS SURDOS E AS DIFICULDADES  
ENFRENTADAS NA ESCOLA MUNICIPAL JAIME LACET NO MUNICÍPIO DE  
SANTA RITA**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Universidade Estadual  
da Paraíba - PARFOR como  
requisito para obtenção do título de  
Licenciatura Plena em Pedagogia.

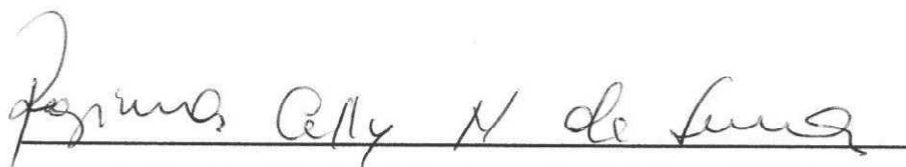
Data de Apresentação: 01/08/2015.

Nota: 10,0

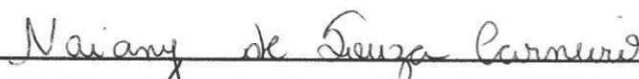
BANCA EXAMINADORA



Orientador: Prof. Me. Wallene de Oliveira Cavalcante - UEPB



Profa. Ma. Regina Cely Nogueira da Silva - UEPB



Profa. Ma. Naiany de Souza Carneiro - UEPB

Dedico este trabalho ao Deus fiel, e maravilhoso o criador da minha história e da minha existência e aos meus aos meus familiares que me deram forças para lutar e prevalecer mesmo em meio à árdua caminhada deste percurso de lutas, batalhas e conquistas.

## **Agradecimentos**

Agradeço primeiramente a Deus, por me conceder força e coragem a vencer essa batalha ao longo desses anos, e agradeço de modo especial a todos (as) que direto ou indiretamente contribuíram me apoiando e me incentivando; a minha família que é meu alicerce minha base em todos os momentos em minha vida. Ao orientador Wallene por me possibilitar desenvolver meu senso crítico e o conhecimento das minhas possibilidades.

Somos diferentes, mas não queremos ser transformados em desiguais. “As nossas vidas só precisam ser acrescidas de recursos especiais”.

(Peça de teatro: Vozes da Consciência, BH).

## **RESUMO**

Este trabalho reflete sobre as políticas de inclusão no sistema público de ensino brasileiro, em busca de uma escola para todos onde perpassando por um breve relato histórico sobre a trajetória da Educação Infantil, sobre as concepções da infância e educação, bem como sobre a história da surdez e das filosofias que subsidiavam a escolarização desses sujeitos, fazendo um percurso sobre o contexto legal que fundamenta políticas nacionais de inclusão, focalizando professor, sua formação e atuação no contexto escolar. Seguindo as trilhas conceituando a surdez, estendendo o olhar para o para o aluno surdo enquanto o sujeito social de direitos, e sua inclusão na escola regular, a importância das LIBRAS e do intérprete na sala de aula. Concluindo com os resultados da intervenção onde detectei como as Políticas Inclusivas vêm ocorrendo efetivamente dentro de nossas histórias que ainda, por falta de conhecimento ou descaso da sociedade deixando de serem concluída mora como deveriam ser enredo, o que resulta em uma inclusão escolar dentre que vem beneficiando quem não beneficia de forma adequada o educando surdo.

**Palavra chave:** Políticas Públicas, inclusão, surdez, contextos escola.

## **ABSTRACT**

This work reflects on inclusion policies in the Brazilian public school system, looking for a school for all where the article provides a brief historical account of the history of early childhood education on the conceptions of childhood and education as well as on the history of deafness and philosophies that subsidized the education of these subjects, making a path on the legal context underlying national inclusion policies, focusing on teacher training and their performance in school context. Following the tracks conceptualizing deafness, extending the look at for the Deaf student as the social subject of rights, and their inclusion in regular schools, the importance of LBS and the interpreter in the classroom. Concluding with the results of intervention where detected as the Inclusive Policies has taken place effectively within our stories yet, for lack of knowledge or indifference of society ceasing to be completed late as they should be plot, resulting in a school inclusion among coming benefiting those who do not benefit adequately educating the deaf.

**Keyword:** Public Policy, inclusion, deafness, school contexts



## **LISTA ABREVIATURAS E SIGLAS**

AEE: Atendimento Educacional Especial.

ASL: Língua de Sinais Americana

CECA: Centro de Educação Comunicação e Artes

FENEIS: Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos

EJA: Educação DE Jovens e adultos.

IES: Instituição de Ensino Superior

ILES: Instituto Londrinense de Educação de Surdos

INES: Instituto Nacional de Educação de Surdos

INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

INSM: Instituto Nacional de Surdos- Mudos

L1: Primeira Língua

L2: Segunda Língua

LIBRAS: Língua Brasileira de Sinais

LSCB: Língua de Sinais dos Centros Brasileiros

NEE: Necessidades Educacionais Especiais

SMESR: Secretaria Municipal da Educação de Santa Rita.

TCLE: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

TILS: Tradutores/Intérpretes de Língua de Sinais.

UEPB: Universidade Estadual da Paraíba

PNEE Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais

## Sumário

ABSTRACT.....	8
INTRODUÇÃO .....	11
1- POLÍTICA INCLUSIVA.....	14
2. A POLITICA DE INCLUSÃO NA ESCOLA PÚBLICA EM BUSCA DE UMA ESCOLA PARA TODOS: .....	20
2.1 O PEDAGOGO FRENTE À INCLUSÃO. ....	21
3. O ALUNO SURDO COMO UM SER SOCIAL.....	25
3.1 – Deficiências auditivas e alguns conceitos .....	26
3.2 – O processo de escolarização dos alunos surdos no ensino regular .....	27
3.3 – A importância da Libras na educação do surdo e do interprete em sala de aula .....	32
4. INTERVENÇÃO .....	35
4.1 – Caracterizações da escola-campo de pesquisa .....	35
4.2 Experiências de Intervenção.....	37
4.3 – Dados e análises dos dados .....	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
REFERÊNCIAS.....	43
APÊNDICES .....	46
Ficha descritiva da Escola .....	46
Questionário para efeito de pesquisa monográfica .....	49
Questionário para efeito de pesquisa monográfica .....	50
HISTÓRICO.....	50
ANEXOS.....	52

## INTRODUÇÃO

Com a apresentação do presente trabalho de conclusão de curso pretende-se ampliar o conhecimento e as discussões sobre o desafio de incluir alunos surdos nas escolas públicas na Escola Municipal de Ensino Fundamental Jaime Lacet. Nessa perspectiva, Marre (1991, p.10) aponta que, ao escolher um tema de pesquisa “não se pode dizer que se faz uma escolha neutra; pelo contrário se faz porque está relacionado com um sistema de valores e com as convicções últimas do sujeito que escolhe”.

Os indivíduos que tinham alguma deficiência eram vistos como incuráveis e incapazes e o argumento proposto a tais pessoas baseava-se na ideia de que elas deveriam ser mantidas em locais separados, pois acreditavam que tais locais seriam de grande utilidade ao indivíduo com deficiência, onde encontrariam nestas instituições cuidados necessários a sua sobrevivência e estariam protegidos da sociedade, pois tinham a concepção de que estas pessoas não seriam capazes de interagir no meio social (Silva, 1987).

Foi a partir dos movimentos sociais organizados por pessoas deficiências e por militantes dos direitos, que conquistaram o reconhecimento desde sujeito à plena participação social, que nasceu a concepção de inclusão de alunos surdos nas escolas.

Nos últimos anos, a inclusão passou a se destacar nos discursos educativos como uma nova proposta para a educação da pessoa com deficiência, vista como uma mudança de atitude, ela deve ser constituída a partir da concepção do outro, aonde o respeito às diferenças vão abrindo espaços de convivência, realização humana e acolhimento de todos sem exceção. Dessa forma, podemos dizer que a inclusão é a capacidade de reconhecer e aceitar o outro como ser humano único, singular, convivendo com a diferença no âmbito de uma educação de qualidade orientada para o sucesso educativo de todos. A prática inclusiva tem exigido uma discussão atualizada nos diferentes segmentos das públicas educacionais e nas instituições sociais escolares onde deveria, verdadeiramente, ocorrer o processo de integração/inclusão escolar. Segundo Sasaki (1997) a inclusão social é um processo pelo qual a sociedade vai se adaptando para poder incluir as pessoas com necessidades especiais no sistema social, sendo a inclusão um processo bilateral no

qual as pessoas ainda excluídas, e a sociedade buscam uma parceria para resolver problemas, decidir sobre as soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos.

Porém, o que podemos perceber é que constantemente estamos vivenciando situações em que os direitos da pessoa com deficiência estão sendo negados mesmo sendo amparados por diversas. Essa é uma das razões que me despertou o interesse em desenvolver um trabalho em que possamos analisar como a política pública inclusivas para o aluno surdo na rede regular de ensino estão sendo executadas, já que o tema tem sido amplamente abordado em diferentes perspectivas dentro o exercício da cidadania, onde a escola tem o papel primordial de preparar esses alunos para tal política.

Ao realizar essa pesquisa busquei identificar: se os educadores de escola-campo sabem em que está fundamentada a inclusão dos alunos surdos na escola, qual a metodologia utilizada por professores que trabalham com alunos surdos, como comparar o nível de aprendizado das crianças surdas entre elas com das demais ouvintes, observar se as políticas inclusivas realmente estão sendo aplicadas na escola ou se estão excluindo por praticarem uma inclusão excludente em que ao mesmo tempo em que incluem o aluno surdo na escola o excluem por não possibilitar meios favoráveis para que eles permaneçam se desenvolvam e participe ativamente de todas as atividades.

Para realização do referido trabalho realizei uma pesquisa bibliográfica e de campo na Escola Municipal de Ensino Fundamental Jaime Lacet, onde meu foco foi às turmas do ensino fundamental I, mais especificamente nas salas de 1º, 2º, e 5º ano, onde possuem alunos surdos.

Primeiramente me informei através de um levantamento sobre trabalhos na área de inclusão dos alunos surdos, onde essas informações apresenta-se na sequência do texto o processo metodológico, no que se refere à coleta e análise dos dados para que assim pudesse definir meu foco de pesquisa. Enquanto isso fiz observações em outras salas de aula onde leciono e participei de alguns eventos relacionados à temática inclusiva dos alunos, apliquei questionários e realizei entrevistas informais com direção, professores e pessoas de apoio da Escola Municipal de Ensino Fundamental Jaime Lacet. Com a finalidade de obter dados que vierem a me ajudar a refletir sobre proposta de intervenção pedagógica. Sabe-se que todos possuem diferenças e estas precisam ser respeitadas independentes do

contexto em que estejam inseridas, principalmente as pessoas com necessidades especiais que sentem, pensam, criam assim como as demais isso não pode ser privadas de viverem suas experiências no cotidiano social o que lhes dá condições de desenvolverem sua cidadania.

Acredita-se que foi possível, dentro dos limites de um trabalho monográfico, levantar elementos que merecem aprofundamento através de pesquisas mais abrangentes.

## **APROFUNDAMENTO TEÓRICO SOBRE O TEMA**

### **1- POLÍTICA INCLUSIVA**

Partindo da concepção de políticas públicas de inclusão como princípio que regem a educação inclusiva e que contempla a participação de todos na escola regular, voltei meu olhar para o aluno surdo que só a partir de muitas lutas passaram a frequentar escolas comuns.

As políticas públicas que regem a inclusão social, educacional e cultural das pessoas deficientes, nos leva a pensar como a inclusão esta posta no âmbito legal e como vem acontecendo no chão da sala de aula. Ao analisar a prática dessas políticas no contexto escolar, percebi que ainda há muito a ser feito para que exista a real inclusão educacional desses alunos, que por muitas vezes quando colocados nas escolas que se dizem inclusivas, acabam sendo excluídos ao invés de serem incluídos por aqueles que fazem parte da comunidade escolar.

Compreender adequadamente o que proclamam as políticas públicas é um grande desafio que se coloca para todos e, principalmente, sabemos quais os critérios que basearam suas escolhas e de que maneira nós cidadãos comuns podemos fiscalizar a implantação dessas políticas.

Dentre desse universo legal, as políticas públicas para a educação de surdos estão essencialmente voltadas para a garantia de acesso e permanência do aluno surdo dentro das escolas da rede de ensino. Entende-se “dentro da rede regular de ensino” como possibilidade de inclusão e permanência no processo educativo, onde o aluno surdo deverá ter condições e acessibilidade aos saberes socializados pela escola, a convivência social com seus pares, bem como, frequentar a escola de seu bairro, destacando ainda que, as escolas e serviços especializados deverão ser procurados sempre que não for possível a intervenção desses alunos na rede regular de ensino.

Para poder entender as políticas da educação brasileira voltadas para os alunos com necessidades educacionais especiais, faz-se necessário que primeiramente analisemos o panorama das Leis Internacionais que regem a educação inclusiva em todo o mundo, para assim, observar a importância desses

marcos legais que serviram de base para construção das leis nacionais, tendo como objetivo único o de garantir uma educação que atenda a todos em sua singularidade.

A Convenção dos Direitos da Criança, Portugal (1989), garante os direitos da criança exigindo uma proteção especial e também melhorias em suas condições de vida. Focalizando principalmente a criança que vive em situação crítica em todo o mundo, ela representa uma importante referência para os países que integram o bloco das Nações Unidas, promovendo assim o bem estar das crianças e seu desenvolvimento integral. Em seu artigo 23 a Convenção destaca a necessidade de elaboração e execução das políticas com cunho inclusivo afirmando que:

“toda criança portadora de deficiência física ou mental deverá desfrutar uma vida plena e docente; reconhecem o direito da criança deficiente de receber cuidados especiais”... visará a assegurar à criança deficiente o acesso à educação, à capacitação, à preparação para emprego e às oportunidades de lazer de forma que ela atinja uma completa interação social.”

A Declaração de Jomtien foi elaborada durante a conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada na cidade de Jomtien, na Tailândia, em 1990. Tendo como objetivo satisfazer as necessidades básicas da aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos, que devem estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem.

Essas necessidades compreendem tanto os instrumentos essenciais para aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas), quanto os conteúdos básicos da aprendizagem (como conhecimentos, habilidades, valores e atitudes), necessários para que os seres humanos possam sobreviver e desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo. No Brasil, o Ministério da Educação divulgou o Plano Decenal de Educação Para Todos para o período de 1993 a 2003, elaborado em cumprimento às resoluções da Conferência.

A Declaração de Salamanca foi um documento elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca, na Espanha, em 1994 com o objetivo de fornecer diretrizes básicas para formações e reforma de políticas e

sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão. Ela é um marco para a inclusão, pois celebra as diferenças e apoia a aprendizagem respondendo adequadamente as necessidades individuais que vão se construir em importante contribuição para a disseminação e oferta de educação para todos e para tornar as escolas educacionalmente mais efetivas. Ela trata dos princípios, políticas e práticas em educação especial, sendo uma resolução das Nações Unidas para equalização de oportunidades para pessoas com deficiência.

Essa declaração ganha força com a convenção da Guatemala (2001) que preconiza a proibição de qual quer tipo de discriminação, exclusão ou restrições baseadas na deficiência dos seres humanos. Assim sendo, a mesma considerada mundialmente um dos mais importantes documentos ao lado da Convenção de Direitos da criança (1989) e da declaração sobre educação para todos 1990.

Outro documento que regula as propostas educativas dos países signatários do movimento Internacional de educação como direitos humano e inalienável e a Declaração de Dakar (2000), que estabelece a obrigação dos estados de assegurar que os objetivos e as metas de Jomtien para educação geral sejam alcançados e mantidos. Nesta declaração, foi estabelecido que até 2015 os estados deveriam alcançar uma melhoria de 50% nos níveis de alfabetização de adultos, especialmente para mulheres. Para atingir essas e outras metas de Jomtien foi assumido o compromisso de monitorar sistematicamente o processo no alcance dos objetivos de estratégias de EPT (Educação Profissional e tecnologia), nos âmbitos internacional, regional e nacional. No “Fórum “Mundial de Dakar, foi lançado o documento” Educação para todos lançado em 2000”. Que faz uma revisão, do desenvolvimento na teoria, política e prática da educação inclusiva desde a realização da Conferência de Educação para todos focalizando a questão no contexto dos direitos humanos.

Tendo como referencial as diretrizes internacionais, no Brasil foram criadas e aprovadas inúmeras leis, decretos e portarias visando garantir o direito de todas as crianças, jovens e adultos, terem acesso à educação independente de serem ou não deficientes. Portanto, o direito de acesso e permanência de todas as crianças, jovens e adultos no sistema educacional, é assegurado por essas leis que legítima como direito de inalienáveis de todo ser humano. Assim sendo, destacamos os princípios documentos brasileiros elaborados visando a Educação Especial.



A Constituição Federal de 1988 em seu art. 208 deixa claro que é dever do Estado assegurar educação para todos os brasileiros, independente das suas condições, trazem como foco alguns avanços sociais como a garantia de acesso ao ensino gratuito e obrigatório, unificado no direito público e subjetivo; a que estabelece o direito das pessoas com necessidades especiais a receber educação preferencial na rede regular de ensino. Se fortalecendo no art. 5º, que afirma que todos nós somos iguais perante a lei, assim sendo, entendendo que a pessoa com deficiências, não está excluída no seu aparato legal, ou seja, esta não deve ser inserida na sociedade com desigualdade e discriminação, já que temos o mesmo direito na sociedade, diante da constituição reafirmando assim os princípios da proposta inclusiva.

O Estatuto Criança e do Adolescente 1989 estabelece que: Proteção especial para o desenvolvimento físico, mental e espiritual da criança, direito ao nome e à nacionalidade, direito à alimentação, moradia e assistência médica adequada para a criança e a mãe, direito à educação e a cuidados especiais para a criança física ou mentalmente deficiente, direito à convivência em ambiente de afeto e segurança material e espiritual, direito à educação gratuita e ao lazer, direito à prioridade de socorro e proteção, direito à proteção contra o abandono e a exploração no trabalho, direito à proteção contra atos de discriminação de qualquer natureza.

A Lei de diretrizes e Base Nacional (LDBE- N°9394/96) em seu capítulo V (Art. 58). Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou super dotação, 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil (Art. 60). Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público. Parágrafo único.

O poder público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superlotação na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo.

Já o plano Nacional de Educação- PNE92001 estabelece objetivo e metas para que o sistema de ensino favoreçam as necessidades educacionais especiais dos alunos, apontando um déficit referente à oferta de educacionais especiais dos alunos, nas classes comuns do ensino regular a formação docente a acessibilidade física ao atendimento educacional especializado.

Além das leis citadas, há também outros documentos legais que são relevantes para defesa dos direitos das pessoas com deficiências.

- **Lei 7.853/89 (Decreto 914/93):** “Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências”.
- **PORTARIA N.º 1793, DE DEZEMBRO DE 1994:** Trata da “necessidade de complementar os currículos de formação de docentes e outros profissionais que interagem com portadores de necessidades especiais”.
- **Portaria N° 3.298, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1999:** “Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências”.
- **Portaria n.º 1.679 de 2 de dezembro de 1999:** “Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições”
- **LEI No 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000:** “Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no

mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação”

- **“RESOLUÇÃO Nº 2, “DE 11 DE SETEMBRO DE 2001:”** Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica”.
- **DECRETO Nº 3.956, DE 8 DE OUTUBRO DE 2001:** Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência
- **O Decreto Nº: 5.626 de 22 de dezembro de 2005:** Regulamenta a Lei de nº 10.436 de 24 de abril de 2002 dispõem sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e o art. 18 da Lei de nº 10.098/2000, no seu art. 3º, § 1º e § 2º, capítulo II nos orienta sobre a “Inclusão das Libras como disciplina” curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, em todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento e optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional.

Como podemos observar a inclusão educacional é assunto que, vem sendo discutindo desde bem antes da década de 90, contudo só fortaleceu na década de 90, caracterizada pelo reconhecimento e atendimento da diversidade social, fazendo surgir para educação brasileira um grande desafio, uma vez que requer não só a quebra de preconceito existente como também um aspecto econômico, racial etc. em se tratando de incluir pessoas que tem algumas deficiências, obrigatoriamente a capacidade deve ser um fator evidente. Apesar das políticas e de todas as leis existente para inclusão das pessoas com deficiência nas escolas estarem postas, muitas delas ainda não são colocadas em praticas como foram regulamentadas para atender a proposta de inclusão preconizada, o que vem gerando muitas distorções e equívocos.

Entendemos que as iniciativas governamentais, devem permitir ao cidadão o direito de usufruir os direitos que a instituição federal lhe designa. Por essas razões, a reflexão sobre essas propostas legais é necessária, é atual e impõe a todos os cidadãos a responsabilidade pela construção e efetividades dessas políticas publicam seja ela em qual quer âmbito, mais principalmente no que se refere à educação.

## **2. A POLITICA DE INCLUSÃO NA ESCOLA PÚBLICA EM BUSCA DE UMA ESCOLA PARA TODOS:**

Historicamente a inclusão vem ganhando vez e voz na sociedade brasileira, sendo pensada e tratada há muitos anos como uma luta por cidadania e igualdade para as pessoas com deficiências.

Tomando por foco a inclusão dos alunos surdos na escola regular, mas precisamente no ensino fundamental I notei que vem sendo aplicado nas escolas, não condiz com a verdadeiramente com o que a legislação designa que haja a participação efetiva dos alunos surdos na comunidade escolar.

As observações realizadas nos estágios vivenciados revelam que ainda há dificuldades na escola, em sua equipe técnica, educadores e pessoal de apoio para executarem, de uma escola para todos sem discriminação e preconceitos o que torna a inclusão cada vez mais um desafio para o sistema educacional.

Na atualidade é cada vez mais presente a existência de alunos surdos na rede regular de ensino, cabendo à escola oferecer condições adequadas para o desempenho acadêmico e a socializações desses alunos em um espaço saudável e acolhedor para as praticas escolares e a intenção social de todos.

Na atualidade é cada vez mais presente e existência de alunos surdos na rede regular de ensino, cabendo à escola oferecer condições adequadas para o desempenho academia e socialização desses alunos em um espaço saudável e acolhedor para as praticas escolar.

A luta pela inclusão de alunos surdos na escola regular nasceu nos movimentos sociais organizados por pessoas com deficiência e por militantes dos direitos humanos, que muito contribuiu na conquista e reconhecimento do direito das pessoas com deficiência e a plena participar social. Essa conquista tomou forma nos instrumentos educacionais que passaram a orientar a reformulação dos marcos legal nos sistemas de ensino em nosso país.

Nos últimos 15 anos, os movimentos sociais mobilizados pela comunidade surda estabeleceram como uma de suas propriedades o reconhecimento da língua de sinais como primeira língua para o aluno surdo. Durante esse tempo várias estratégias foram adotadas para torna pública a Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Ao analisar o contexto histórico da educação brasileira para pessoas deficientes percebemos que desde o Brasil Colônia, esse sujeito vivia num anonimato social escolar imposto, muitas vezes, pela própria família que procurava esconde/proteger das discriminações e preconceito.

Segundo Mesgravis (1976), as pessoas com alguma deficiência, eram recolhidas nós Santa Casa da Misericórdia fundada por ordem do rei ou recolhidas por pessoas sensibilizadas aos seus aspectos. Duas instituições foram criadas no Brasil Império para atendimento educacional da pessoa deficiente. O Imperial Instituto dos meninos Cegos criados em 1854, posteriormente passou a ser chamado Instituto Benjamin Constant e o Instituto dos Surdos-Mudos, que foram criados em 1857, na atualidade é o Instituto Nacional da Educação dos Surdos (INES).

A inclusão escolar implica antes de, mais rejeitar por princípio a exclusão de qualquer aluno da comunidade escolar. Por isso a escola que pretende seguir uma política de educação inclusiva (EI) desenvolve políticas, culturais e práticas que valorizam o saber ativo de cada aluno para construção de um conhecimento construindo e partilhando na busca de caminhos para atingir A qualidade acadêmica e sociocultural sem discriminação.

Entendi que a inclusão, é uma mudança de atitude onde a capacidade de reconhecer e aceitar o outro como ser único, singular convivendo com a diferença, que caracteriza a diversidade no âmbito de uma educação de qualidade orientada para o sucesso educacional de todos.

## **2.1 O PEDAGOGO FRENTE À INCLUSÃO.**

Considerando que a docência é à base da formação do pedagogo, como destaca o Art. 4, das Novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, Licenciatura, onde se encontra que o curso de Graduação em Pedagogia está destinado à formação de professores para exercer funções de Magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos Cursos de Ensino Médio, na modalidade normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escola e em outras áreas nas quais sejam previsto conhecimentos Pedagógicos, caracterizado como um profissional integrado

ao o ato de educar, como elemento integrante do processo de formação humana em todas as fases da sua escolarização.

Quando falamos sobre a contribuição do pedagogo na perspectiva inclusiva no cotidiano educacional, visualizamos a participação desse profissional num bom fundamento da escola de um modo mais amplo, ou seja, não só de apoio aos professores isso ou é restrito a sala de aula, mas, atuação de um profissional comprometido com o coletivo escolar e social, desconsiderando o isolamento técnico da função.

Assim sendo Rangel afirma que:

Não se pode negar as especificidades do saber e do saber e do trabalho. Contudo, especificidade não significa, necessariamente, desarticulação, até porque os fatos específicos inserem-se em circunstâncias e situações mais amplas; é o que se entende pelo princípio da relação entre especificidade e tonalidade. (RANGEL, 1997, p. 151).

Contudo, estende-se para o enfrentamento do problema, a contribuição do pedagogo num processo de construção coletiva na busca de medidas para transformação da realidade exposta, enfatizando exigências das novas diretrizes curriculares colares Nacional para o curso de Pedagogia o qual sugerem que o trabalho do pedagogo seja fortalecido numa perspectiva de organização democrática estruturado na corresponsabilidade das funções. Assim sendo, reconhecemos a importância desse profissional em obter uma visão ampla das necessidades da escola, e em relação à inclusão da pessoa surda na rede regular de ensino, envolvendo os profissionais da instituição escolar, comunidade e família de modo a fortalecer Uma real invenção do aluno.

Ao destacar a inclusão do aluno surdo, se faz o necessário uma mudança eficaz nas escolas objetivando, A partir do conhecimento da realidade, A necessidade deste educando no espaço escolar, já que apenas seu ingresso na escola é insuficiente para que haja uma real inclusão.

Partindo desse aspecto, se faz necessário pensar na efetivação da inclusão que se deve ser implantada no espaço educacional. Para tanto é preciso que a escola ofereça condições necessárias para o desenvolvimento do aluno, que a sua interação com os demais colegas e toda a comunidade escolar, ao mesmo tempo

nem que deverá dar suporte a sua aprendizagem e permanência na escola, oferecendo atendimento qualitativo visando um bom rendimento escolar.

O pedagogo deve de forma continuada e privilegiar a sua constante formação para dar apoio e possibilitar mudanças positivas que se refletem no processo educativo, cabendo também ao pedagogo assegurar os direitos previstos na legislação educacional, como afirma o Art. 59 da LDBN- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:

“Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I- currículos, métodos, as técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender às necessidades”(“...”)

A proposta inclusiva não está separada da formação do profissional de educação, ela deve estar inserida no processo formativo que deve ser oferecida desde a formação inicial dos Cursos de Pedagogia e em formação continuada para subsidiar a prática docente. Como encontramos na LDBN que assegura este processo no Art. 59- incisos III E IV, quando diz que o sistema de ensino deve assegurar aos educandos com necessidades especiais professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses alunos nas classes comuns.

Se tratando da educação do surdo, é fundamental para esses alunos, a apropriação de sua linguagem- LIBRAS- pois, ela tanto é necessária para sua comunicação e sua interação como para sua permanência na escola. Uma vez que a LIBRAS tornou-se uma linguagem conhecida legalmente e todos os profissionais da educação devem estar qualificados em relação à mesma, pois segundo o Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, Art. 3º:

A LIBRAS deve ser inserida com uma disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de fonoaudiologia, de instituições de ensino, pública e privada, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Para fortalecer a obrigatoriedade do uso das LIBRAS, este mesmo documento traz considerações quanto à importância de a escola oferecer

profissionais qualificados na LIBRAS(instrutores/intérpretes), professor para o ensino de Língua Portuguesa com segunda língua para pessoas surdez e principalmente um professor regente de classe com conhecimento acerca da singularidade linguística manifesta pelos surdos, no caso a Libras.

Aos aspectos inclusive os referente à educação da pessoa surda, citamos como é essencial necessidade da valorização do aluno durante sua integração com os demais colegas e principalmente com professor, já que está envolvido E retém responsabilidades na mediação do processo de construção de conhecimento, como afirma Vygotsky (1979), essa construção se dá de maneira coletiva sem ignorar a ação do sujeito, no caso o aluno surdo necessita de suporte para sua inclusão no processo educativo, pois apenas sua presença em sala de aula com apoio interação restrita ao intérprete e não condiz a proposta inclusiva e muito menos com construção coletiva.

De acordo com o Decreto 5.626/05 o professor regente deve também está envolvido e comprometido com um conhecimento acerca da singularidade linguística manifestada pelo aluno surdo, no caso, a LIBRAS, conseqüentemente com uma atuação dialógica com todos os envolvidos na ação educativa (professor/intérprete/aluno surdo/ demais colegas), pois o diálogo deve prevalecer acima de qualquer situação ou problema, ou seja, é necessário que a escola esteja completamente envolvida já que ela é um espaço social privilegiado onde se dá uma rede de relações humanas, e seu desenvolvimento positivo está diretamente ligado ao respeito, companheirismo e cooperação.

É evidente que apesar de ser pregar e tentar executar os princípios da proposta inclusiva da qual falamos, ainda a enormes entraves para que aconteça conforme regulamentar as Leis, pois quando voltamos nosso olhar para praticar observamos, as barreiras que são desencorajadas e desestimuladas. No entanto, cabe a nós educadores e especialistas superar estes desafios e possibilitar aos surdos ambiente acolhedor e propício para que eles não se desenvolvam como também sim sinto realmente inseridos.



### 3. O ALUNO SURDO COMO UM SER SOCIAL

Enquanto sujeito de direitos a criança surda tem sua identidade transitando por dois mundos: o da surdez e o mundo dos ouvintes. A apropriação da identidade surda por parte desses sujeitos vai permitir que eles transmitissem por estes dois mundos conscientes de que são iguais e diferentes dos ouvintes e que podem participar e usufruir da convivência sócio-política e cultural da sociedade em que está inserido.

Por outro lado, a comunidade predominante que é ouvinte, não domina a língua de sinais e não consegue entender o surdo. Mas, ao entrar em contato com a comunidade surda o ouvinte tem possibilidade de conhecer e se familiarizar com a sua cultura e conviver com as diferenças.

Considerando que a escola é um espaço social, o qual tem responsabilidades quanto à formação humana, fundamentada em valores igualitários, destacamos como fundamental que a mesma privilegia situações que contribua para uma sociedade mais humana e consciente da igualdade social.

Para atender a essa proposta, percebemos que as dificuldades aumentam devido ao despreparo dos educadores que atuam com alunos da rede regular de ensino. A maioria das pessoas com necessidades especiais ainda vivem no contexto de segregação, as barreiras humanas e sociais impõem restrições ao exercício da cidadania plena, de terem uma vida digna e atuante no contexto em que vivem. Esta realidade social demanda de esforços do poder público, das associações e da sociedade em geral, no sentido de promover, melhoria de vida de toda em coletividade de forma igualitária e democrática.

O reconhecimento de uma sociedade, que se baseia no multiculturalismo, exige que suas instâncias sejam capazes de identificar a diversidade do seu contexto e de dar respostas aos diferentes interesses, desejos e necessidades de seus sujeitos. Contemplando a diversidade que ainda não é reconhecida, e tem levado muitos à exclusão social.

Para que haja a inclusão das pessoas surdas, com o objetivo de participação social as escolas precisam organizar-se, considerando a interação da Língua de Sinais e a relação com a cultura surda em todos os seus aspectos. Oliveira aponta:

”a ideia de inclusão fundamenta-se num conjunto de valores que reconhece e aceita as diferenças entre as pessoas e procura garantir o acesso de todos às oportunidades sociais, independentemente de qualquer característica individual.Oliveira (2002, p.38)”

Sendo assim, a inclusão baseia-se no princípio da igualdade social, ao considerar que todos nós somos iguais perante a lei e, por isso deveríamos ter direitos garantidos sem distinção de: gênero, etnia, status social, religioso, cultural, etc.

### **3.1 – Deficiências auditivas e alguns conceitos**

Deficiência auditiva é o nome usado para indicar perda de audição ou diminuição na capacidade de escutar os sons. Qualquer problema que ocorra em alguma das partes do ouvido pode levar a uma deficiência na audição. A deficiência auditiva pode ser classificada como: condutiva, mista ou neurossensorial.

A condutiva é causada por um problema localizado no ouvido externo e/ou médio, que tem por função “conduzir” o som até o ouvido interno. A neurossensorial faz com que as pessoas escutem menos e também tenham maior dificuldade de perceber as diferenças entre os sons. Já a mista ocorre quando há ambas as perdas auditivas: condutiva e neurossensorial numa mesma pessoa.

Antigamente, acreditava-se que a surdez era acompanhada por algum tipo de déficit de Inteligência. Contudo, foi com a inclusão dos surdos no processo educativo, que se percebeu que os surdos em sua maioria, não tinham a possibilidade de desenvolver a inteligência em virtude dos poucos estímulos que recebiam e que isto era devido à dificuldade de comunicação entre surdos e ouvintes. Só a partir do desenvolvimento das diversas línguas de sinais e o trabalho de ensino das línguas orais foi permitido aos surdos meios para seu desenvolvimento intelectual.

Há duas posições teóricas, até certo ponto antagônicas, que conduzem a ação pedagógica direcionada ao aluno surdo. A primeira acompanha o pensamento de Vygotsky, que enfatiza o papel de linguagem no desenvolvimento cognitivo, a outra, norteadas pelos testes de Piaget defendendo que o pensamento pode progredir até o operatório formal sem o concurso da linguagem.

Na concepção Piagetiana, a criança constrói a compreensão do modo como o mundo funciona, primordialmente, por meio de suas opções. Passa, então por uma série de estágios que seguem uma sequência fixa. Nessa visão, o desenvolvimento cognitivo; ou seja, há aspectos da linguagem que a criança só será capaz de dominar depois de atingir um nível correspondente de controle cognitivo (Elliot, 1982). Já para Vygotsky (1979), o desenvolvimento das funções cognitivas aconteceria na interação da criança com pessoas mais experientes, que seriam mediadores entre a criança e o mundo. Ambas as concepções teóricas trouxeram contribuições importantes para as práticas pedagógicas, especificamente em relação ao sujeito surdo, considerando incapaz durante muito tempo.

Por tanto, para que o educador encontre em prática pedagógica condizente com as reais necessidades dos alunos surdos é necessário que eles compreendam as necessidades de cada um, entendendo que algumas vezes suas especificidades não são responsáveis pelo seu fracasso no cotidiano escolar, mas a falta de preparo profissional e de alternativas didático-pedagógica é sem dúvidas a grande barreira para a aprendizagem dos surdos e talvez a principal responsável pela exclusão destes sujeitos do direito de aprender.

### **3.2 – O processo de escolarização dos alunos surdos no ensino regular**

Ao tratar de escolarização dos alunos surdos é importante ressaltar que estes fazem parte de uma população que permaneceu por muitos anos fora do convívio social e quando participava de alguma forma, este estava limitado pela exclusão dos leigos que o cercam, seja pela superproteção ou pela não aceitação social.

A inclusão de alunos surdos em nossa rede regular de ensino vem ganhando cada vez mais espaço em discussões tanto em espaços escolares como não escolares, sendo estas geradas e polemizadas por estudiosos, profissionais, familiares e pelos próprios deficientes que estão cada vez mais procurando e encontrando seu lugar nos diversos segmentos sociais.

A inclusão de alunos surdos no ensino regular com ênfase no processo de escolarização vem sendo abordada em diferentes perspectivas como direitos da pessoa com deficiência e o exercício da cidadania, a exposição à língua de sinais ou ao português e a modalidade de ensino e que resultem em materiais bibliográficos ricos e heterogêneos, sinalizando para a necessidade de aprofundamento das

discussões sobre esta temática com vista à implementação das políticas inclusivas que foram e estão sendo criadas para a efetivação da inclusão em nosso país.

Ao analisar a complexidade do processo de aquisição da leitura e escrita vivenciadas pelas crianças de um modo geral, começamos a questionar como este processo ocorre com a criança surda, pois inúmeras são as controvérsias relacionadas à eficácia da alfabetização da criança surda em escolas regulares. Diversos estudiosos consideram impossível que a real inclusão ocorra durante a etapa alfabetizadora do ensino, em contraponto também afirmam que mediante alguns esforços coletivos há sim a possibilidade dela ocorrer e se obter resultados proveitosos durante esta etapa.

Sasaki (1998), Omote (1999), Bueno (2001), ao diferenciar as práticas de integração de inclusão, apontam inúmeros obstáculos que ainda devem ser superados para implementação e operacionalização das políticas educacionais voltadas à inclusão de alunos com necessidades educacionais.

Sabemos que são inúmeros os desafios a serem enfrentados para que haja a real aprendizagem dos alunos surdos, primeiramente faz-se necessário que as crianças surdas tenham padrões de alfabetização diferenciados do das crianças ouvintes e utilizem os mais variados recursos durante esta etapa para que possam melhor entender o processo de alfabetização.

Um método que vem sendo utilizado com sucesso por alguns alfabetizadores com estes alunos é o método Paulo Freire, que está associado à utilização de imagens e material concreto, pois estes modelos de alfabetização visam proporcionar ao educando uma leitura de mundo que estimula a aprendizagem a partir do contexto sociocultural do aluno, privilegiando os seus interesses. Dessa forma, o ensino da leitura e da escrita para as crianças surdas, deve estar relacionado à sua realidade para que a aprendizagem faça realmente sentido, atribuir significado as ações que estão sendo desenvolvidas é fundamental para que haja o aprendizado real nas crianças.

Para o surdo, é necessário que durante o processo de alfabetização seja iniciada a aprendizagem de sua língua natural, conforme afirma Slacks:

A língua de sinais deve ser introduzida e adquirida o mais cedo possível (...). As crianças surdas precisam ser postas em contato primeiro com as pessoas fluentes na língua de sinais, comunicação por sinais for aprendida, e ela pode ser fluente aos três anos de idade, tudo então pode decorrer: livre intercuro de pensamentos, livre fluxo de informações, aprendizado da leitura e escrita e, talvez da fala (1988, p.44).

A língua portuguesa deve ser aprendida pelo surdo como segunda língua, ou seja, somente após ele ter aprendido à primeira, a LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais, é que ele estará preparado para aprender a língua portuguesa.

Entretanto, se tratando da inclusão de surdos, estudos constataam que esses alunos que estão inseridos dentre de espaços escolares estruturados para iniciar e aprender em português aos alunos que crescem ouvindo e falando esta língua, mas ainda há muito que ser feito pra que verdadeiramente haja a inclusão dita pregada para que os alunos com deficiência auditiva sejam incluídos e obtenham verdadeiramente o conhecimento que transmitido aos demais alunos sem que haja uma diferenciação de avaliação para beneficiá-los e tornando de certa maneira excludente visto que estes assim como os demais alunos são capazes de absorver e reproduzir em métodos avaliados o que lhes foi transmitido desde que tinha sido feito com clareza.

Quadros (2007) ressaltar que a educação no país ainda reflete os princípios da política de interação, traduzidos com a inserção de alunos surdos na rede regular que ensina a língua portuguesa, assim sendo, esta considera que essa situação é o grande entrave do processo educacional inclusivo dos surdos, impondo um desafio às propostas governamentais, no sentido de garantir a essa população o direito de acesso ao reconhecimento por meio da língua de sinais. Já a apropriação da língua escrita tem sido objeto de preocupação de educadores e especialistas que trabalham com crianças surdas, tendo em vista as dificuldades de leitura à produção escrita, comumente apresentada por essas crianças.

A valorização do conhecimento prévio da criança deve ser um elemento indispensável durante o processo alfabetização, pois como afirma Ferreiro & Teberosky (1989) elas já chegaram à escola com certa bagagem de experiências, devendo ser levadas em consideração e aproveitadas como ponto de partida.

São vários os desafios a ser enfrentados, para que haja a real aprendizagem dos alunos surdos, primeiramente faz-se necessário que as crianças surdas tenham padrões de alfabetização diferenciados das crianças ouvintes e utilizem os mais variados recursos durante esta etapa. Bem como, que sejam explorados os aspectos como: expressões faciais, manuais e não manuais movimentos direcionados, jogos, e claro o alfabeto manual.

Assim, tais procedimentos facilitam o aprendizado dos surdos em sala de aula, entretanto, não se limitam somente aos surdos e sim contemplam toda a turma ocasionando assim um espaço de aprendizagem verdadeiramente inclusivo, possibilitando com a participação efetiva de todos da turma.

Quando utilizada uma metodologia inadequada, que não propicie ao aluno surdo oportunidades de vivenciar experiência significativa para construir novos conhecimentos, diversos fatores vem dificultar o seu processo de aprendizagem com o surgimento de problemas de ordem cognitiva, sensório-motor, afetivos, e sócio culturais. O que se agrava com a baixa autoestima, sendo bastante prejudicial para os alunos surdos, pois as questões afetivas e sócias afetivas são as mais relevantes em sua educação.

Neste contexto, o papel da família como parceira da escola é de fundamental importância no processo formativo da criança. Uma vez que ambas, família e escola, através dessa parceria podem oferecer para o surdo segurança, o que repercutirá em contatos mais positivos com os ouvintes. Cabe a todos os responsáveis pelos indivíduos surdos proporcionar um ambiente de afeto, apoio e aceitação, para que estes possam se desenvolver de forma plena.

A educação da criança surda deve começar o mais cedo possível, na educação infantil, uma vez que a experiência prévia de escolarização ajudará a diminuir os efeitos que os problemas senso motores e cognitivos podem ocasionar. Ao mesmo tempo em que estimula a preparar a criança para o convívio escolar.

Ao analisar do ponto de vista social, observa-se que as dificuldades encontradas se dão em função do despreparo dos educadores atuantes em classes de ensino regular, sendo assim grande parcela da população de pessoas com necessidades especiais ainda vivem no contexto de isolamento, pois inúmeras barreiras humanas e sociais ainda impõem-lhes restrições ao exercício da cidadania plena de uma vida digna e participativa.

Com relação às questões pedagógicas, os discentes surdos apresentam algumas dificuldades específicas no que se refere ao aprendizado do português escrito, por conter uma estrutura gramatical diferente da LIBRAS, pois, segundo Fernandes (1990), essas dificuldades podem ser demonstradas por dificuldades com o léxico, falta de consciência de processo de formação de palavras, desconhecimento da contração de preposição com o artigo; uso inadequado dos verbos em suas conjugações, tempos e modos, uso inadequados das preposições, omissão de conectivos em geral e de verbo de ligação, troca do verbo ser por estar, uso indevido dos estar e ter, colocação inadequada do advérbio na frase, falta de domínio e uso restrito de estrutura de subordinação.

Outro problema enfrentado é no que diz respeito à acentuação, sendo este um grave problema revelado pelos alunos surdos e que interferem nas habilidades de leitura e compreensão de textos.

Para Góes (1999), tais limitações não são exclusivas das experiências escolares dos surdos e sim das práticas pedagógicas que fracassam não exclusivamente pela condição da surdez, como também na alfabetização de ouvintes. Segundo a autora, as experiências escolares oferecidas aos surdos são decorrentes da praticas bastante restritas, que pouco propicio o domínio da língua portuguesa, devido a pouca utilização da linguagem escrita nas séries iniciais, ou seja, este não é um problema exclusivo à pessoa com deficiência.

Contudo, a pesar das dificuldades enfrentadas pelos alunos com surdez, estas não os tornam menos sujeitos com menos possibilidades, mas sim sujeitos com possibilidades diferentes. A deficiência não deve ser concebida como falta ou fraqueza, já que individuo pode encontrar, a partir das relações sociais, outras formas de desenvolvimento com base em recursos distintos daqueles tipicamente acessíveis na cultura (GÓES, 1999, p.35).

Por tanto, podemos afirmar que o nosso sucesso ou insucesso de uma turma com alunos que possuem deficiência auditiva, dependerá de muitos fatores, não é a limitação do aluno que irá determinar seu fracasso ou sucesso durante o processo escolar, mas sim, todo contexto de recursos distintos que o envolve para que isso ocorra no ensino regular de forma significativa para o mesmo. Sabemos que inúmeros obstáculos são atribuídos ao educador quanto à falta de recursos didáticos apropriados, pois, a falta de oportunidade de qualificação e até mesmo o preconceito, são elementos que surgem como barreiras para inclusão educacional.

### **3.3 – A importância da Libras na educação do surdo e do interprete em sala de aula**

A partir da Lei 10.436/02, o governo brasileiro reconhecer a LIBRAS, como língua oficial da comunidade surda. E que os surdos têm o direito de, nas instituições educacionais, as aulas sejam ministradas em LIBRAS como linguagem exclusiva dos surdos, ou com a presença de um interprete de língua de sinais.

Durante algum tempo, várias estratégias foram adotadas para torna pública a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Esse movimento foi vitorioso, pois gerou uma série de iniciativas para disseminar e transformar em lei a língua de sinais brasileira, culminando na Lei Federal 10.436, de 24/04/2002, que a reconhece em todo país. Com o impacto desta legitimação, bem como a sua repercussão e significado, fundaram-se num processo de estabilização na educação em relação aos surdos no Brasil.

A língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é uma conquista dos movimentos sociais mobilizados, que estabeleceram como uma de suas prioridades o reconhecimento da língua de sinais, conseguindo assim aprovaram a Lei que reconhece como meio legal de comunicação e expressão da pessoa surda, a língua de sinais-libras e outros recursos de expressão a ela associados, que promovam a inclusão dessas pessoas na sociedade. Sendo essa conquista o passaporte para diversas outras e ainda muitas que estão e necessitam ser adquiridas, para que a verdadeira inclusão ocorra em nosso país. A língua de sinais foi reconhecida como língua oficial da comunidade surda brasileira em 2002, sendo assim precisa ser respeitada/considerada no atendimento ao cidadão surdo, especialmente no âmbito educacional. De acordo com FERREIRA-BRITO (2007) língua de sinais e língua orais são semelhantes. A gramática particular dessas línguas são intrinsecamente as mesmas das demais considerando seus princípios fundamentais, a composição dos sinais possui, regras básicas e próprias ao contrário do que muitos imaginam, não são simplesmente mímicas ou gestos soltos utilizados pelos surdos, essa língua uma estrutura gramatical assim como as demais.

A função da língua de sinais é preservar a identidade isso, contribuindo para a valorização e reconhecimento dessa cultura. Os seus usuários podem discutir filosofia uma política e até mesmo produzir peças tratar isso, assim como aprender outras linguagens com francês, inglês, etc.



Como as outras línguas possuem alfabeto Manual, que é utilizado para digitar nomes quando não assinar o próprio, e também para configurar a mão na realização de um sinal. É através da língua de sinais que a comunicação das pessoas surdas acontece com mais rapidez e eficiência entre as pessoas que a utilizam. Sendo independente da linguagem da língua portuguesa, por mais rápida e eficiente em três pessoas que utilizam. Sendo independente da língua portuguesa, por isso é fundamental que as crianças surdas aprendam libras como primeira língua, para que depois vem um aprender a língua portuguesa como segunda língua.

A pessoa surda aprende naturalmente a língua de sinais, assim com quem ouve a língua oral de seus pais, por isso é importante encaminhar as crianças que nasceram surdas e convivem apenas em ambientes de ouvintes, para frequentar comunidades de surdo, ou A uma escola bilíngue, pois assim terão maior contato com sua língua e melhoraram e aprenderam mais com outros surdos.

Para que aconteça uma verdadeira interação do professor com aluno surdo, cadê o professor procurar se capacitar para trabalhar com a linguagem dos sinais. No entanto, as iniciativas existentes ainda são pequenas diante das demandas impostas ao país e medindo as necessidades dos alunos surdos que frequentam as escolas regulares. Também se faz necessário disponibilizar aulas de libras para os demais alunos e profissionais que constitui a comunidade escolar, para saia do pensar da inclusão social e educacional e a exercite nesse ambiente que comporta alunos com necessidades educacionais especiais, oferecendo assim o que eles lhe são de direito.

A inclusão vem ganhando cada vez mais espaço na sociedade, e não há como falar da inclusão de surdos sem destacar a importância do profissional intérprete na da língua de sinais (LIBRAS), que é uma peça fundamental para inclusão dessas pessoas, visando à participação ativa dos mesmo na sociedade. O enterro o intérprete em LIBRAS É um profissional ouvinte bilíngue responsável pela interpretação tradução da língua portuguesa para libras e vice-versa. Podendo às vezes ser confundido com tradutor que é um profissional surdo ouvinte bingo responsável em sinal estudos e ouvinte, nos níveis de ensino fundamental e médio.

A educação dos alunos surdos ainda é um grande desafio para as escolas, por isso quando lutamos para a inclusão desses alunos no ensino regular é indispensável à presença de um intérprete da língua dos sinais na sala de aula, já que o professor embora tenha sido capacitado para trabalhar com os alunos surdos

muitas vezes se veem desesperados para lidar em determinadas situações, considerando a quantidade de um aluno vida e que haja é colocado nas salas de aulas das escolas públicas o que se torna quase impossível para um professor da atenção necessária para cada um deles e ainda desenvolver um trabalho significativo para os alunos surdos, como é de direito.

Quando se insere um intérprete de língua de sinais na sala de aula abrisse a possibilidade do aluno surdo receber informação escolar em linguagem de sinais, através de uma pessoa com competência nessa linguagem. Ao mesmo tempo o professor pode ministrar suas aulas sem se preocuparem como vai passar informações em sinais, atuando em sua língua de domínio. Na medida em que responde suas linguísticas especiais dos sonhos é respeitada, aumenta as chances de dele desenvolvesse e construir novos conhecimentos maneira satisfatória.

O papel do Interpretre está muito além de traduzir o que a professora ensina em sala de aula, pois ele é o mediador do aprendizado do aluno surdo e do que o professor está transmitindo e dependendo da maneira que as informações lição passadas. Ele poderá ou não tem um bom aprendizado, O que nos leva a refletir sobre os intérpretes estão sendo preparado para trabalhar em sala de aula, já que a maioria não posso me consta da licenciatura. O intérprete educacional por sua vez assume papel de educando de educador do aluno surdo, sua função está além de traduzir conteúdos, mas torná-los compreensíveis, para que faça sentido na vida do educando.

O professor ao se sentir despreparado palavra para lidar com aluno surdo “abandona-o”, ficando um intérprete responsável não só pela interpretação das aulas para o aluno, tendo muitas vezes que ensinar o que está sendo trabalhado na escola com os alunos, e se o mesmo não utilizar-se de uma boa metodologia que venha contribuir para um bom rendimento escolar do aluno, certamente ao invés de ajudar, estará contribuindo para o seu fracasso.

A necessidade termos em tempo de libras cada vez mais vez preparados para atuarem não só como tradutores, mas também como mediadores de conhecimentos que estejam se aperfeiçoando para melhor atende a criança surda e assim poder contribuir para que haja a troca de conhecimentos entre os alunos surdos e os demais ouvintes, dentro e fora do contexto escolar.

## 4. INTERVENÇÃO

### 4.1 – Caracterizações da escola-campo de pesquisa

Foi realizada uma pesquisa de intervenção pedagógica na Escola Municipal de Ensino Fundamental Jaime Lacet, localizada na cidade de Santa Rita-PB, Praça Castelo Branco N°25; Conjunto Tibiri I. Fundada em 08 de dezembro de 1978. Atende criança, adolescente e jovem do Conjunto Paulo VI, Francisca Linhares e outros. Tem como Instituição Mantedora a Prefeitura Municipal de Santa Rita. Através da Secretaria Municipal de Santa Rita.

A referida escola já passou por diversas reformas, proporcionando-lhe um novo visual referente à sua estrutura física. Hoje possui uma quadra por esportiva, construída pelo Instituto Alpargatas em 30 de abril de 2013, onde tem conseguido integrar a comunidade local à escola, através de torneios, a gincana, os jogos cooperativos e diferentes eventos realizados na mesma. A Escola Municipal de Ensino Fundamental Jaime Lacet possui este nome em homenagem a um poeta e escritor Santarritense.

Possui atualmente (08) oito salas de aula, (01) uma cozinha, (01) uma sala de leitura (01) uma Secretaria/direção/ coordenação, (01) um laboratório de informática, uma quadra escola e (01) pátio interno médio. O quadro de funcionários (as) é constituído por duas gestoras, é constituído por formadas e com especialização em gestão educacional, uma supervisora educacional (17) dezessete docentes, sendo (16) com graduação completa e (01) uma com pedagógico. Ela também conta com círculo de pais e mestres. Conselho tutelar e atendimentos nos PSF, além de disponibilizar para seus alunos merenda, livro didático, fardamento e todo material escolar. Possui uma equipe especializada para trabalhar com crianças que necessitam de acompanhamento diferenciado em uma sala especializada para esta finalidade, é conhecida como sala do AEE- Atendimento Educacional Especializado, em que os alunos no horário oposto ao que estudam fazem acompanhamento, assim como seus pais, com a finalidade que os mesmos tirem suas dúvidas quanto a prosseguir no tratamento de seus filhos ou a desenvolver com eles um trabalho que é proposto e realizado pela escola, para uma melhor qualidade no ensino deles.

A clientela (alunos) escolar no geral apresenta uma faixa etária entre três anos e seis meses e 60 anos, distribuída nos turnos manhã, tarde e noite (EJA). No geral são 295 alunos sendo 271 diurnos e 24 noturnos. Grande parte dos alunos são filhos de trabalhadores autônomos, os aposentados em desempregados, cuja renda equivalente é de um salário e meio mensal.

As perspectivas de ação pedagógicas-reivindicações e gestão administrativa são continuidade do processo de eleição direta para representantes turmas. Incentivo de execução do Hino Nacional diretamente. As dificuldades na leitura desenvolver-se do projeto de leitura escrita que posar dinamizar o trabalho com oficinas de leituras escritas inovando assim A metodologia de trabalho para que haja motivação na construção do hábito da leitura.

Campanhas educativas, através de Projeto do Lixo levando a comunidade local a sensibilizar conscientizar da não colocar lixos dos meus terrenos baldios. Projeto de combate à violência na escola, com participação dos pais, dos alunos, professores e dos funcionários (COOPERJOVEM).

As Parceiras Instituto Alpargatas, SENAI-SANAR, SESCOOP, ONG, ETEV, Gráfica Santa Marta e Comércio Local, a fim de priorizar cursos profissionalizantes destinados aos jovens da comunidade. Reforço escolar com intuito de amenizar as dificuldades da leitura escrita das diferentes seres da escola (Letramento Mais Educação).

Parcerias da escola com problema social do município a fim de inserir alunos carentes para evitar evasão escolar (bolsa família). O material didático, apontado como sendo destruindo a necessidade para enriquecimento de uma metodologia diversificada em busca da interação direta do descende com conteúdo a ser trabalhado, constituindo assim aprendizagem. Avaliação é contínua, compreendendo o acompanhamento do processo ensino aprendizagem, prevalecendo os aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

Departamento- compreendem conjunto de funções destinadas a suporte técnico das suas atividades docente os descendentes. Os planos de aula são realizados semanalmente, com apoio e orientação da supervisão escola; quinzenalmente é realizado encontro pedagógico, onde são apresentados em forma de seminários, LDB, Parâmetros Curriculares Nacionais- Leis Municipais, desde a Introdução até os Temas Transversais, novas metodologias de ensino afim de esse

selecionar conteúdos, objetivos, as orientações didáticas, os critérios e matérias que constam no documento que devem ser trabalhada ao longo do ano letivo.

## **4.2 Experiências de Intervenção**

O Interesse pelo tema aconteceu quando assumi o posto de interprete de libras no município de Santa Rita. O relato aqui exposto ocorreu ao longo de observações feitas no decorrer dos anos de 2014 e 2015, cujo sujeito observado se tratava de criança surda, inclusa em uma sala de ouvintes na Educação Infantil. Ao chegar à escola fiquei responsável para auxiliar uma das turmas na qual estava inclusa uma criança surda, foi gratificante olhar como as crianças não a ignoravam, e de como foi a evolução da mesma com minha chegada, e ao mesmo tempo, como os pais dos demais alunos se sentiam curiosos em entender o que significava aquela linguagem de sinais que seus filhos tentavam usar em suas e a partir daí onde fui conhecer a escola como um todo, despertando o interesse pela proposta inclusiva desenvolvida por ela, em especial a inclusão dos alunos surdos, vistos que índice desses educandos nessa escola é elevado, devido ao suporte oferecido, pela mesma, para atender a este público, onde essa escola quando comparada as demais do bairro é a mais qualificada e a que se destaca na oferta de suporte técnico-especializado para atendimento desses alunos.

Através da experiência durante o decorrer do tempo, coletei dados mediante observações, apliquei um questionário e fiz entrevistas formais e informais, para observação de informações necessárias a pesquisa.

No cotidiano das salas de aula, foi possível observar que a socialização entre as crianças ouvintes e surdas é visível, a interação ocorrer de forma interessada e respeitosa por todos. Os alunos ouvintes, professores, técnicos e demais funcionários procuram aprender a LIBRAS oferecidas por meio de um curso básico na escola para poderem interagir de forma satisfatória com os alunos.

Quanto aos professores responsáveis pelas turmas, percebemos a preocupação em conhecer as especificidades da criança surda, e o interesse de melhorarem sua prática, com intuito de desenvolver um trabalho mais qualitativo que venha a contemplar a aprendizagem de todos. Contudo, vale ressaltar que mesmo mantendo uma boa relação com os alunos surdos sentem muitas dificuldades no que se refere à elaboração de atividades e questões avaliadas, pois possuem

dificuldades em identificar, em todas as situações se tais crianças aprenderam de fato ou apenas reproduziram.

### 4.3 – Dados e análises dos dados

Com base nos dados levantados, pode-se concluir que os professores assim como demais educadores de escola campo inicialmente quando os alunos surdos passaram a frequentar essa escola, não se sentiam capacitados para realizarem um trabalho satisfatório com esses educandos, com exceção de um dos entrevistados que relatou em uma das entrevistas.

*“sinto-me preparada, por que tenho conhecimento da língua dos sinais e também sei da necessidade de se fazer uma aula visual para surdos (com imagens, gravuras) e estou buscando sempre me capacitar para ter uma aula com maior rendimento e aprendizagem do aluno surdo”.*

A falta dessa capacitação tão necessária, praticamente inexistente quando a legislação designou que as escolas deveriam inserir no seu contexto alunos com necessidades especiais, nesse caso o aluno surdo, deixou esses educadores de mãos atadas, principalmente na sala de aula. Percebemos esse despreparo quando questionamos os mesmos se achavam preparados para trabalharem com alunos surdos nas salas de aulas comuns, vejamos algumas repostas:

*“... no ano de 2014 quando colocaram alunos surdos em minha sala de aula, não me comunicaram e não havia recebido orientações de como trabalhar com esses alunos”.*

*“minha formação permite que eu ensine a qualquer, criança, fui preparada para isso, porém, estou me qualificando para melhor ensinar o aluno surdo ou com qualquer outra deficiência, pois, não tive uma formação em educação especial e isso acaba dificultando o meu trabalho, que acredito que poderá ser melhor”.*

Para que houvesse o mínimo de comunicação entre professores e aluno não ouvinte, todos ressaltaram a importância do curso de LIBRAS, com o qual puderam

ter um contato direto com o mundo dos surdos. Porém destacaram que sem o auxílio do intérprete o processo de ensino aprendizagem se tornaria ainda mais complicado já que trabalhei com turmas com mais de 20 alunos e tem que dar atenção para todos e o intérprete serve como uma ponte que facilita esse processo.

No que diz respeito ao trabalho inclusivo realizado nas salas de aulas pelos professores, pode se perceber que apesar da existência de uma equipe técnica especializada para atuarem com crianças com necessidades educacionais especiais, ainda é pouco o auxílio dessa equipe em relação ao acompanhamento desses educandos na sala de aula, os professores expressam as dificuldades para trabalharem e incluírem efetivamente esses alunos, procurando fazer o que podem dentro das condições que lhes são proporcionadas, já que segundo eles, existe negligência por parte dos profissionais especializados em relação ao acompanhamento educacional dos alunos.

Quando se refere à Lei de Diretrizes e Base da Educação 9394/96, que determina em seu artigo 59 inciso III, que os sistemas de ensino devam oferecer aos alunos com necessidades especiais, professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para a integração desses educandos nas classes comuns; ficou claro que todos os entrevistados se sentem despreparados apenas com os conhecimentos adquiridos nos cursos de graduação.

Existe uma enorme dificuldade na hora de avaliá-los na mesma proporção dos demais, tendo que respeitar as especificidades de cada um, principalmente existe em uma mesma sala de aula mais de um aluno surdo onde. O nível de aprendizado varia de acordo as condições socioculturais dos mesmos. Os educadores buscam uma qualificação a parte para suprir a necessidade de conhecimentos específicos da área da educação inclusiva, para poderem assim desenvolver um trabalho onde possam envolver todos os alunos e assim obter resultados positivos para ambas as partes, embora o que falta mesmo em alguns casos é apoio familiar durante o desenvolvimento educacional do aluno, como relata uma professora:

*“Tenho dois surdos e duas realidades diferentes, um completamente alfabetizado, bem inserido no processo, pois além de escola também recebe o apoio da família que esta sempre envolvida nos trabalhos realizados pela escola, e a outra não é alfabetizada e com muitas dificuldades a família não se interessa em aprender*

*alguma coisa para ajudá-la, nem mesmo nas tarefas da escola, é uma família muito carente onde a maioria é analfabeta”.*

Podemos dizer que a escola tem um papel fundamental na formação dessas crianças, porém quando caminhada sozinha sem auxílio da família estará realizando um trabalho que não ganhará força ao ultrapassar o contexto escolar, já que boa parte dos alunos surdos não recebe o estímulo necessário por parte de seus familiares para o aperfeiçoamento de seu aprendizado, o que dificulta o seu desenvolvimento, desempenho escolar e social dessas crianças.

Quanto aos professores, percebi a preocupação em conhecer as especificidades da criança surda, e o interesse de melhorarem sua prática, com intuito de desenvolver um trabalho mais qualitativo que venha a contemplar a aprendizagem de todos. Apesar de terem dificuldades em identificar, em todas as situações, se todas as crianças surdas aprenderam de fato ou apenas estão reproduzindo o que memorizam.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho observei um pouco das dificuldades encontradas para que sejam efetivadas as políticas inclusivas que venha a favorecer a real interação dos alunos surdos no *ensino* regular, neste caso no ensino fundamental I.

Ao longo da história dos surdos observa-se que antigamente eles eram privados não só a vida social como principalmente da escola. Em geral ficavam enclausurados em suas casas, raramente tinha contato com a sociedade e limitava-se a lugares reservados e quando saíam eram tidos como pessoas incapacitadas, castigos divinos e discriminação por todos.

Só a partir da década de 90, quando os movimentos sociais ganharam força, foi que houve o reconhecimento da linguagem de sinais como uma língua oficial da comunidade surda que com essa vitória conquistou a plena participação social. Este é um dos marcos para que os surdos percebessem que através das lutas eles conquistariam seus direitos e poderiam ter uma vida e educacional como qual quer pessoa.

Foi a partir desse momento de lutas, que foram criados e implementados no Brasil Políticas Públicas e projetos governamentais para setores específicos a sociedades visando à inserção destes no ensino regular, contudo essas políticas têm seus objetivos meio distantes de poder ser efetivado visto às dificuldades encontradas para a execução deles na prática.

Acreditando que não é possível tratar da Inclusão de surdos no ensino regular como ordenada as Leis, sem que haja o diálogo entre as políticas públicas e as escolas para que em elaborem suas propostas de acordo com a realidade de seus educandos as necessidades e possibilidades de implantação na prática, que venha realmente atender a comunidade surda.

Sabendo que a inclusão é um desafio que para ser superado deve-se ter perseverança, determinação e a decisão de atingir aos objetivos que foram traçados da família que sempre esta sempre a priori pelo governo. Para alcançar a meta de uma educação inclusiva, é necessário que a família, os educadores e os próprios surdos, venham a lutar por meios para que possa ser cumprido o que lhes é garantido por Lei.

Apesar da legislação brasileira, ser avançada no que diz respeito às garantias sociais e educacionais de participação igualitária da pessoa com deficiência em relação à de outros países, ela ainda mostra que tais direitos estão sendo violados. Cabendo tão somente a nós lutarmos por esses direitos e garantir que os mesmos sejam cumpridos para que só assim nossa nação seja realmente igualitária e inclusiva em todos os aspectos, saindo da teoria e avançando para uma prática de inclusão de pessoa com deficiência.

Não podemos mais fechar os olhos para a exclusão, pois perante a lei todos temos direitos iguais, independente das pessoas que possui necessidades educacionais especiais ou não, constituímos a população de um país, onde somos todos cidadãos e cidadãs, e possuímos da mesma forma direito e deveres iguais. Assim sendo, se faz no mundo que as instituições responsáveis pela formação de professores, busquem novos caminhos para consolidar a formação e preparar melhor nossos profissionais da educação, para que sejam validados todos os princípios de inclusão regulamentados nas leis em nossos países, pois que tenhamos uma educação participativa, igualitária e democrática para todos e todas.

Apesar das leis e propostas atuais é notável a superficialidade com que elas, ocorrem, quando se necessita de elementos concretos e venha auxiliar o cotidiano na escola e apoiar a parada com os educadores em geral.

Enquanto essas ações não se consolidam é emergente que ao menos enquanto profissionais da educação nós conscientizemos de que cada realidade corresponde uma prática diferenciada. Não podemos ficar indiferentes em relação às práticas educativas nas quais devemos partir da necessidade do educando e daí o professor deverá buscar meios para facilitar o desenvolvimento dos seus alunos respeitando o ritmo deles independente de suas dificuldades e limitações para alcançar os objetivos propostos.

Enfim, acreditamos que as contribuições e a importância que a problemática deste tema propõe, poderão ser de grande valia e venha a contribuir para que todos possam continuar aprofundando as reflexões sobre as políticas inclusivas e como elas vêm ocorrendo efetivamente dentro de nossas escolas e que venha a despertar na sociedade um interesse pelo cumprimento das políticas inclusivas que estão postas que e ainda, por falta de conhecimento ou descaso da sociedade deixam de ser cumpridas, como deveriam ser o que resulta em uma inclusão excludente que não beneficia de forma adequada o educando surdo.

## REFERÊNCIAS

CONCEITO DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA DISPONÍVEL

EEM:<[HTTPS://pt.wikipedia.org/wiki/Defici%C3%A7%C3%A3o\\_auditiva](https://pt.wikipedia.org/wiki/Defici%C3%A7%C3%A3o_auditiva).acesso em 21/04/15

CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA FEDERATIVO DO BRASIL DE 1988 DISPONIVEL:

<[http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/15261/constituicao\\_federal\\_35ed.pdf?sequence=9](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/15261/constituicao_federal_35ed.pdf?sequence=9).Acesso em 14/02/15

CONVENÇÃO E DECLARAÇÃO DA ONU SOBRE PESSOA COM DEFICIÊNCIA DISPONIVEL:

[http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/convencao\\_pessoascomdeficiencia.pdf](http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/convencao_pessoascomdeficiencia.pdf). acesso em 03/05/15

DECLARAÇÃO DA DAKA

DISPONIVEL:<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/DireitoEduca%C3%A7%C3%A3o/declaracao-de-dakar.html>.Acesso em 23/01/15

DECLARAÇÃO DO SALAMANCA:

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 5/04/15

DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS:

<http://www.pitangui.uepg.br/nep/documentos/Declaracao%20-%20jomtien%20-%20tailandia.pdf>. Acesso em 25/03/15

ESTATUDO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE:

[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L8069.htm).Acesso em 25/03/15

FERREIRA, M. D.A. **Atendimento educacional Especializado: Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado**. Brasília, 2007.

FERREIRA, W.V., ' Relatório Políticas & Educação Inclusiva'

In. Educação Especial: no Brasil, Diagnostica Atual e Perspectivas Futuras. Banco Mundial: Washington. Disponível em: [http://www.cnotinfor. Pt/ inclusiva/ entrada\\_pt.html](http://www.cnotinfor.Pt/inclusiva/entrada_pt.html)>.

JANNIZZI, Gilberta De Martino. Políticas públicas de inclusão escolar de pessoas portadoras de necessidades especiais: reflexões. Revista GIS, Rio de Janeiro, out. 2004. Seção Artigos. Disponível em: <http://www.ltds.ufrj.br/gis/januzzi/januzzi2.htm>>.

LDB-Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional [http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb\\_pdf](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb_pdf)>.

MESGRAVI, Laima. A Santa casa de Misericórdia de São Paulo-1599-1884: Contribuição ao estudo de Assistência Social no Brasil- São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1976.

OLIREIRA, Stela Maris Lagos. A legislação e as políticas nacionais para a Educação: avanços, vazios e desvios. In: MACHADO, Maria Lúcia de A. (Org.). Encontros e desencontros em Educação Infantil. São Paulo, Cortez, 2002.

Omote S. Normalização, integração, inclusão. Ponto de Vista 1999; 1:4-13. São Paulo. Secretaria da Educação. In: Pereira MCC, organizadora. Leitura, escrita e surdez. São Paulo: FDE; 2005.

RANGEL, M. Considerações sobre o papel do supervisor como especialista em educação na América Latina. In: RANGEL, M. e JUNIOR, S. C. (Orgs.). Nove olhares sobre a supervisão. Campinas: Papirus, 1997.

SASSAKI, Romeu. Entrevista. Integração 1998; 20:8-10.

SASSAKI, Romeu. Inclusão: Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SACKS, Oliver. Vendo vozes. Uma jornada pelo mundo dos surdos. Rio de Janeiro: Imago, 1998.

SENADO FEDERAL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação. LDB. Brasília – DF.**  
TENOR, Ana Claudia. A inclusão dos alunos Surdos no ensino regular na perspectiva de professores da rede municipal de ensino.- São Paulo.

VYGOSTSKY, L.S. Pensamento e linguagem. Trad. M. Resende, Lisboa, Antídota 1979.

## APÊNDICES

### Ficha descritiva da Escola

Dados de Identificação:

Escola: <b>Escola Municipal de Ensino Fundamental Jaime Lacet</b>
Endereço: <b>Praça Castelo Branco N°25; Conjunto Tibiri I- Santa Rita-PB.</b>
Ponto de referência: <b>Praça da Vitória.</b>
Diretor (a): <b>Ava Ligia da Silva Amaral Costa</b>
Vice-diretora: <b>Maria Elizabeth Madruga Fortunato</b>
Coordenadora: <b>Sandra Andrade Paiva Silva</b>

#### 1. Formação do Docente

- a) Superior com formação pedagógica (16)
- b) Ens. Médio sem formação pedagógica (0).
- c) Superior sem formação pedagógica (0)
- d) Ensino Médio com formação pedagógica (1)

#### 2. Serviço Técnico Pedagógico e nº de técnicos na escola:

a) Supervisão escolar (x) Sim ( ) Não

Supervisores habilitado 1 Professor exercendo a função de supervisor 0.

b) Orientador Educacional ( ) Sim (x) Não

Orientador Educacional habilitado 0 Professor exercendo a função de Orientador Educacional 0.

c) Psicólogo Educacional (X) Sim ( ) Não

Psicólogo Educacional habilitado 1 Professor exercendo a função de Psicólogo Educacional 1.

d) Assistência Social (X) Sim ( ) Não

Assistência Social habilitado 1 Prof. exercendo a função de Assistência Social 1.

e) Circulo de pais e Mestres: (X) Sim ( ) Não

f) Grêmio Estudantil ( ) Sim (X) Não

g) Conselho Escolar (X) Sim ( ) Não

## 3. Serviço de Assistência ao Educador

- a) Serviço medico ( ) Sim (X) Não  
 b) Serviço Odontológico (X) Sim ( ) Não  
 c) Merenda Escolar (X) Sim( ) Não  
 d) Livro Didático (X) Sim( ) Não  
 e) Fardamento (X) Sim ( ) Não

## 4. Numero de turmas (turno/manhã)

Turmas/turno	Manhã	Tarde
Pré-escolar	01	02
1º ano	01	01
2º ano	01	01
3º ano	01	01
4º ano	01	01
5º ano	01	01

## 5. Estrutura Física:

Setores Existentes	Estado de Conservação	Nº de Dependências
Diretoria	<u>Em bom estado</u>	01
Secretaria	<u>Em bom estado</u>	01
SOE	<u>Em bom estado</u>	01
Supervisão	<u>Em bom estado</u>	01
Sala de aula	<u>Em bom estado</u>	08
Sala do professor	<u>Em bom estado</u>	01
Sala do AEE	<u>Em bom estado</u>	01
Sala de Informática	<u>Em bom estado</u>	01
Sala de Radio	<u>Em bom estado</u>	01
Ateliê/ artes	<u>Não Possui</u>	-
Biblioteca	<u>Em bom estado</u>	01
Sala de Leitura	<u>Em bom estado</u>	01

Refeitório	<u>Em bom estado</u>	01
Sanitários	<u>Em Reforma</u>	04
Quadra de esportes	<u>Em bom estado</u>	01

6. A população atendida pela escola é oriunda dos seguintes bairros da cidade: Conjunto Paulo VI, Francisca Linhares.

7. Caracterização da zona habitacional:

( ) Centro                      ( ) Zona praieira                      (X) Periferia (bairros)                      ( ) Favela

8. Nível socioeconômico da população atendida (maioria):

Superior ( )    Médio ( )    Baixo( x )

9. Nível sociocultural da população atendida (maioria):

Superior ( )    Médio ( )    Baixo( x )

10. Projetos desenvolvidos na escola:

Projeto do Lixo levando a comunidade local a sensibilizar conscientizar da não colocar lixos dos meus terrenos baldios. Projeto de combate à violência na escola, com participação dos pais, dos alunos, professores e dos funcionários (COOPERJOVEM), Mais Educação, Escola aberta e Projeto do Transito.

11. Parceiros: Instituto Alpargatas, SENAI-SANAR, SESCOOP, ONG, ETEV, Gráfica Santa Marta e Comércio Local, a fim de priorizar cursos profissionalizantes destinados aos jovens da comunidade.

12. Outras informações importantes:

Dentro os departamentos citados a cima a escola possui outras salas: AEE Atendimento Educacional Especial, trabalhos com danças folclóricas, Judô, xadrez musica: violão artesanato, esporte: vôlei, Futsal, futebol de campo, basquete dentre outras atividades.



## Questionário para efeito de pesquisa monográfica

Este questionário tem a finalidade de buscar sobre o tema “Políticas inclusivas para alunos surdos na educação básica I”. Trata-se de um estudo monográfico de conclusão de curso de Licenciatura em Pedagogia UEPB desenvolvido pela aluna Angélica Benedito Pereira, orientada pelo o professor Wallene da mesma Instituição.

Questionário equipe técnica (direção, coordenação, orientado, supervisor, etc.).

Idade: \_\_\_\_\_

Formação: \_\_\_\_\_

Tempo de trabalho na área: \_\_\_\_\_

1. Em quais parâmetros legais a escola norteia sua prática da inclusão dos alunos surdos no contexto do ensino regular?
2. Como vem sendo discutida as questões legais de inclusão na escola?
3. Um decreto de Nº 6571 artigo2º, inciso III e IV, relata que são objetivos do atendimento educacional especializado: fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras num processo de ensino e aprendizagem; e assegure condições para a continuidade de estudos nos demais níveis de ensino. Qual sua opinião sobre a efetividade o no contexto escolar
4. Além de diretrizes e bases da educação de Nº 9.394/96 inciso III determina que o sistema de ensino devam oferecer aos alunos com necessidades especiais, professores e com especialização adequadas, a nível médio ou superior, bem como capacitação para que os mesmos integrem em esses alunos nas classes comum de ensino. Diante do exposto, de que maneira essa escola preparou ou preparar os professores que tem em suas salas de aulas alunos surdos?
5. Como a escola tem trabalhado para que ocorra uma aprendizagem significativa para os alunos surdos, inserido em uma sala regular?

### Questionário para efeito de pesquisa monográfica

Este questionário tem a finalidade de buscar sobre o tema “Políticas inclusivas para alunos surdos na educação básica I”. Trata-se de um estudo monográfico de conclusão de curso de Licenciatura em Pedagogia UEPB desenvolvido pela aluna Angélica Benedito Pereira, orientada pelo o professor Wallene da mesma Instituição.

#### Questionário para os pais

Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino

Idade: \_\_\_\_\_

Ano em que seu filho estudando: \_\_\_\_\_

1. Você conhece quais as leis que estabelece o direito do seu filho ser Incluído na rede regular ensino?
2. O senhor (a) considera que o seu filho está aprendendo com os conteúdos que são trabalhar na escola?
3. A escola oferece curso de libras para as famílias possa melhor interagir com seus filhos? Caso ofereça, o senhor(a) participar ?
4. O Senhor (a) acredita que a maneira de como os professores trabalhar com os alunos surdos, tem colaborado com seu desenvolvimento escolar?

### HISTÓRICO

Escola Municipal de Ensino Fundamental Jaime Lacet, localizada na cidade de Santa Rita-PB, Praça Castelo Branco N°25; Conjunto Tibiri I- Santa Rita-PB. Fundada em 08 de dezembro de 1978. Atende criança, adolescente e jovem do Conjunto Paulo VI, Francisca Linhares e outros. Tem como Instituição Mantedora a Prefeitura Municipal de Santa Rita. Através da Secretaria Municipal de Santa Rita.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Jaime Lacet localiza-se na zona urbana do município de Santa Rita na Praça Cabo Branco N 25, Conjunto Tibiri I de possui atualmente:

- (08) oito salas de aula
- (01) uma cozinha
- (01) uma sala de leitura
- (01) uma Secretaria/direção/ coordenação
- (01) um laboratório de informática
- (01) pátio interno médio.

O quadro de funcionários (as) é constituído por duas gestoras é constituído por duas gestoras formadas e com especialização em gestão educacional, uma supervisora educacional (17) dezessete docentes, sendo (16) com graduação completa e (01) uma com pedagógico. Ela também conta com círculo de pais e mestres, Conselho tutelar e atendimentos nos PSF, além de disponibilizar para seus alunos merenda, livro didático, fardamento e todo material escolar. Possui uma equipe especializada para trabalhar com crianças quem necessito de acompanhamento diferenciado em uma sala especializada para esta finalidade é conhecida como sala do AEE- Atendimento Educacional Especializado, em que os alunos no horário oposto ao que estudam fazem acompanhamento , assim como seus pais, com a finalidade que os mesmo tirem suas dúvidas quanto A prosseguir no tratamento de seus filhos ou a desenvolver com eles um trabalho que é proposto e realizado pela escola, para uma melhor qualidade no ensino deles.

A clientela (alunos) escolar no geral apresenta uma faixa etária entre três anos e seis meses e 60 anos, distribuída nos turnos manhã, tarde e noite (AJA). No geral são 295 alunos sendo 271 diurnos e 24 noturnos. Grande parte dos alunos são filhos de trabalhadores autônomos, os aposentados em desempregados, cuja renda equivalente é de um salário e meio mensal.

As perspectivas de ação pedagógicas-reivindicações e gestão administrativa são continuidade do processo de eleição direta para representantes turmas. Incentivo de execução do Hino Nacional diretamente. As dificuldades na leitura desenvolver-se do projeto de leitura escrita que posar dinamizar o trabalho com oficinas de leituras escritas inovando assim A metodologia de trabalho para que haja motivação na construção do hábito da leitura.

Campanhas educativas, através de Projeto do Lixo levando a comunidade local a sensibilizar conscientizar da não colocar lixos dos meus terrenos baldios. Projeto de combate à violência na escola, com participação dos pais, dos alunos, professores e dos funcionários (COOPERJOVEM).

As Parceiras Instituto Alpargatas, SENAI-SANAR, SESCOOP, ONG, ETEV, Gráfica Santa Marta e Comércio Local, a fim de priorizar cursos profissionalizantes destinados aos jovens da comunidade. Reforço escolar com intuito de amenizar as dificuldades da leitura escrita das diferentes seres da escola (Letramento Mais Educação).

Parcerias da escola com problema social do município a fim de inserir alunos carentes para evitar evasão escolar (bolsa família). O material didático, apontado como sendo destruindo a necessidade para enriquecimento de uma metodologia diversificada em busca da interação direta do descende com conteúdo a ser trabalhado, constituindo assim aprendizagem. Avaliação é contínua, compreendendo o acompanhamento do processo ensino aprendizagem, prevalecendo os aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

## **ANEXOS**

**FOTOS**

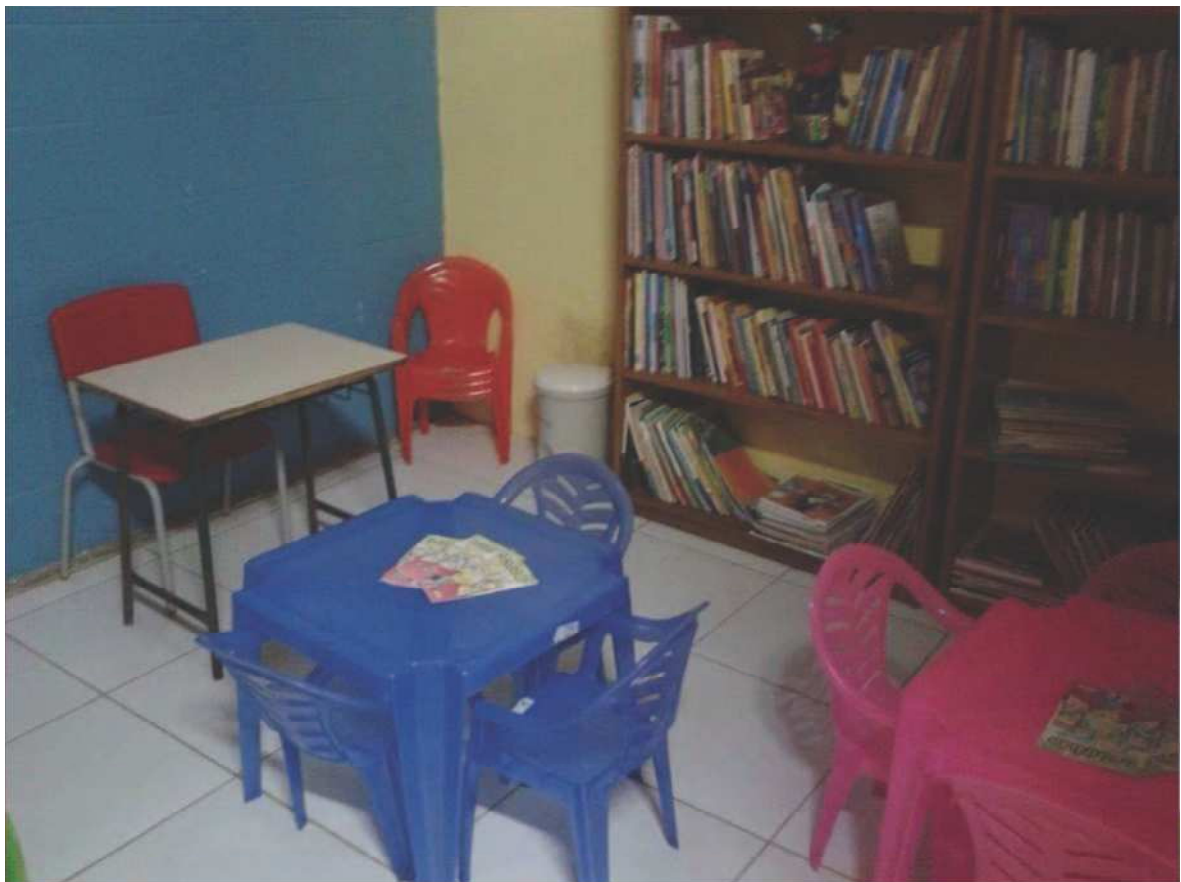
**Semana da educação especial**



**Alunos Surdos na escola campo**



### Dependências da escola campo





Projetos envolvendo alunos Surdos





